

ORÇAMENTO

Bancada pressiona por REAJUSTE DE POLICIAIS

Após enviar um estudo de impacto que mostra ao governo federal a viabilidade da concessão do reajuste de 30% às forças de segurança, GDF e parlamentares entram em alerta. Proposta deve ser enviada ao Congresso em breve

» MILA FERREIRA

O Governo do Distrito Federal (GDF) cumpriu, nesta semana, mais uma etapa para a efetivação do aguardado reajuste das forças de segurança. Trata-se de um estudo de impacto que mostra a viabilidade da concessão do reajuste, considerando que a verba sairá do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O estudo mostra que as projeções de valores dos repasses do FCDF, calculadas com base no crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, são capazes de absorver o reajuste das forças de segurança (policiais militares, civis e bombeiros) sem interferir nas demais áreas financiadas com o fundo, a saúde e a educação.

A proposta havia sido enviada pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) ao Planalto em fevereiro. Após o recebimento, o governo federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), solicitou o estudo, enviado pela Secretaria de Economia do DF à pasta na última terça-feira. Com isso, cresce entre a bancada a perspectiva de que o projeto seja enviado em breve ao Congresso e estratégias passam a ser traçadas.

“É natural que exista essa análise do Ministério da Gestão. No entanto, acho que está muito demorado. As forças de segurança pública esperam esse reajuste há mais de seis anos”, destaca o deputado federal Alberto Fraga (PL). “Estamos esperando que o projeto ou a medida provisória dê entrada no Congresso para que a gente possa se mobilizar de alguma forma pela aprovação. Entendo, também, que o GDF deveria ter uma política mais estreita com o governo federal para não demorar e não haver nenhum tipo de embaraço nesses reajustes”, comenta.

Única parlamentar do DF do mesmo partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Érika Kokay também está mobilizada na defesa do reajuste. “Estou bastante envolvida nas articulações pela aprovação do reajuste, trabalhando em várias frentes para que a proposta seja logo enviada ao Congresso Nacional. Tenho certeza que, quando isso acontecer, o projeto será aprovado. As forças de segurança do DF sabem que podem contar com meu mandato. Aliás, eu fui autora das emendas que criaram os fóruns onde as negociações estão ocorrendo”, relata.

O senador Izalci Lucas (PL) tem audiência marcada com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, para o próximo dia 22. “Solicitei, também, uma audiência com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Sigo na luta pelo reajuste salarial das forças de segurança, sempre fizemos isso. O fato é que o recurso do fundo é suficiente para pagar este reajuste”, afirma o parlamentar ao **Correio**. “Além disso, para evitar que todo ano aconteça esse trâmite desgastante entre GDF, Palácio do Planalto e Congresso, seja para reajustar salários, ou anunciar concursos públicos, criei a PEC 1/2025”, acrescenta, se referindo à proposta que ficou conhecida como PEC do Fundo, na qual o senador propõe alterar a Constituição, de forma que esteja determinado na lei que o valor do fundo seja calculado com base na RCL. A proposta tem o objetivo de evitar que haja tentativas de alteração na forma de cálculo, como aconteceu nos últimos dois anos.

O deputado federal Júlio César (Republicanos) informa que está acompanhando o assunto de perto. “Sigo mobilizado, dialogando com colegas parlamentares e com representantes do governo federal para que a proposta avance o quanto antes. Sabemos que, após análise do Ministério da Gestão, a matéria

PMDF/Divulgação



Após aprovação pelo Congresso, forças de segurança do DF devem receber reajuste de cerca de 30% parcelado em duas vezes

TIRA-DÚVIDAS

O que falta para concluir os trâmites burocráticos do reajuste?

• O governo federal precisa encaminhar a proposta ao Congresso para votação. O encaminhamento pode acontecer em forma de Medida Provisória ou Projeto de Lei. No momento, a proposta está em análise pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

De quanto será o reajuste total?

• O reajuste será aplicado conforme carreira e categoria com equiparação com os salários praticados pela

Polícia Federal. Em média, o reajuste será de 30%.

Será parcelado em quantas vezes?

• A proposta do GDF é pagar o reajuste em duas parcelas: a primeira em setembro/2025 e maio/2026.

Quem será beneficiado? Quantos servidores no total?

• Todos os servidores da PCDF, PMDF e CBMDF. Hoje, há um total de 4.567 agentes trabalhando na Polícia Civil do DF, 9.593 policiais militares e 5.765 bombeiros militares na ativa.

precisará passar pelo Congresso Nacional, e podem ter certeza de que estarei atuando firmemente para garantir a sua aprovação”, ressalta. “As

forças de segurança merecem respeito, valorização e condições dignas para continuar exercendo suas funções com excelência”, completa.

estudo ao MGI. Todos os impactos que solicitaram já estão lá, e aguardamos a avaliação deles”, explica o secretário de Economia, Ney Ferraz. “Não estamos medindo esforços para que esse processo seja concluído o mais rápido possível. É um anseio da categoria, mas principalmente, é uma determinação do governador Ibaneis, que deseja reconhecer com esse aumento o trabalho de altíssima qualidade realizado pelos nossos policiais e bombeiros”, acrescenta.

O MGI informou ao **Correio** que o estudo está em análise pelo governo federal e que, na sequência, o assunto será encaminhado para tratativas no âmbito dos fóruns de diálogos entre o governo federal e o GDF com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal e as entidades representativas de seus servidores. Os fóruns foram instituídos em dezembro de 2024 por meio do Decreto nº 12.326, com o objetivo de promover a interlocução entre os governos e as entidades para o tratamento de assuntos relacionados ao subsídio dos servidores.

Expectativa

Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepo), Cláudia Alcântara afirma que a categoria está confiante quanto à aprovação do reajuste. “Sabemos que há boa vontade política e técnica para fazer avançar esse pleito, que é justo e necessário. O sindicato segue acompanhando de perto as tratativas e dialogando com todos os atores envolvidos para garantir a efetiva implementação do reajuste, dentro do cronograma anunciado”, enfatiza.

Segundo Cláudia, a recomposição salarial é aguardada desde 2016, quando, durante o governo Rollemberg, a Polícia Civil do DF perdeu a paridade salarial com a Polícia Federal. “Era uma isonomia histórica construída ao longo do tempo em razão da similaridade das atribuições das duas instituições, ambas responsáveis por investigações criminais de alta complexidade”, relembra. “Desde então, a categoria tem lutado para recuperar essa simetria. Embora tenham sido concedidos pequenos reajustes ao longo dos anos, ainda não foi possível restabelecer plenamente esse equilíbrio”, acrescenta. “Uma polícia bem remunerada é uma polícia mais eficiente, mais estável e mais respeitada. Isso reflete diretamente na proteção da sociedade brasileira. A correção dessa injustiça histórica fortalece a autoestima da categoria e reafirma o compromisso do Estado com uma segurança pública de qualidade”, completa.

A deputada federal Bia Kicis (PL) defendeu a importância do reajuste para o bom funcionamento das forças de segurança. “Há muitos anos que a Polícia Civil aguarda equiparação com a Polícia Federal. E as forças militares, PM e corpo de Bombeiros, hoje estão completamente defasados com relação ao resto do país”, salienta. “A nossa PM já foi a mais bem remunerada do Brasil, hoje está numa situação de grandes defasagem. Esperamos que o presidente da República mande mensagem ao Congresso para que a gente possa votar, enfim, esse projeto e fazer justiça aos homens e mulheres responsáveis pela segurança no Distrito Federal”, completa.

Análise

O cientista político André César explica as possibilidades de encaminhamento do projeto ao Congresso. “Proposta de emenda à Constituição (PEC)daria mais segurança jurídica, mas também pode ser enviado por meio de projeto de lei (PL) com pedido de urgência”, afirma. O especialista explica o cenário político no contexto da solicitação do reajuste. “Há posições políticas distintas entre Ibaneis e Lula. No entanto, o MDB, partido do governador do DF, também integra o governo Lula com os ministros Simone Tebet, Renan Filho e Jader Barbalho. Creio que o governo federal não vá criar grandes obstáculos para avançar com essa matéria”, analisa.